



Panorama UFCSPA

Jornal da Universidade Federal de Ciências da Saúde de
Porto Alegre • Ano VII • Número 48 • Set / Out / Nov 2015



PROFISSIONAIS DE SAÚDE E REDES SOCIAIS

Norma do Conselho Federal de Medicina provoca debate sobre o tema da fronteira pessoal/profissional no uso da internet *pp. 04, 05 e 08*

EDITORIAL

Reitora fala sobre planejamento de gestão

p. 02

ARTIGO

Humanidades e sociedade livre é o tema do texto de Rodrigo Lemos

p. 03

PESQUISA

Estudo aborda impactos de resíduos de fumo

p. 06

EXTENSÃO

Projeto de acessibilidade é destaque no PROEXT/MEC

p. 07

PALAVRA DA REITORIA

Monitoramentos e Avaliações

Participei, recentemente, de um evento cujo foco era monitoramento e avaliação de resultados (M&A) relacionados a políticas públicas – escopo em que se insere a iniciativa global CLEAR - Centros de Aprendizagem em Avaliação e Resultados, no Brasil assumida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O nível de informação dos palestrantes, basicamente economistas e gestores públicos, permitiu reflexões que merecem ser compartilhadas.

No evento, havia ao redor de 30 palestrantes. Entre os internacionais, representações de Banco Mundial, BID, Centros CLEAR para América Latina e África do Sul, governos do México e da Colômbia, além da Pontifícia Universidade do Chile. Foram apresentadas vivências de representantes de estados e municípios brasileiros, de institutos como o IPEA (Pesquisa Econômica Aplicada, vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República) e Insper (Ensino e Pesquisa), e dos ministérios do Planejamento, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Saúde, além de TCU (Tribunal de Contas da União), BNDES, Itaú Unibanco, Movimento Brasil Competitivo e várias instâncias da FGV, que, em geral, relataram macroexperiências.

Como exemplo, o palestrante do TCU relatou atividades de monitora-

mento em relação aos ministérios. Os dados foram enriquecedores e sempre fonte de aprendizagem, mas quero destacar os temas, pontuais, que mais chamaram minha atenção. Todos eles, sob algum ponto de vista, são obviedades.

O primeiro, presente na fala de abertura feita pelo diretor da Escola de Economia da FGV, é redundante para qualquer administrador de órgão público, mas digno de nota para qualquer indivíduo que não exerça esta função no dia a dia e, por isso, devendo ser divulgado a cada oportunidade: “A burocracia no Brasil está no século XVIII e não permite avanços. Isso se aplica da gestão de recursos humanos até o processo de compras.”

O segundo, na exposição do secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, reforça que “o planejamento das metas deve conversar com os mecanismos de obtenção e a previsão orçamentária,

para que a falta de resultados não gere justificativas de não atendimento por falta de recursos (justificativa sempre existente para planejamento absurdo). É o resultado final da meta, e não as ações para obtê-la, que deve ser mostrado e entregue para a sociedade.”

O terceiro, expresso por uma professora de pós-graduação em Administração Pública e Governo é de que “o que realmente deve ser medido nos resultados não é a eficiência, efetividade ou eficácia, e sim o valor público. A contribuição da gestão podem ser *outputs* (produtos) ou *outcomes* (redução de de-

sigualdades), mas se forem um *output*, devem necessariamente atingir um *outcome*.” E completa: “as políticas se implementam por meio de organizações, que em geral estão ausentes do debate, quando são elas que entregam o serviço e enfrentam os problemas da gestão. A agenda deve ser mudada para incluir o dirigente de cada uma das organizações públicas, porque ele é o responsável pela melhoria de qualidade.”

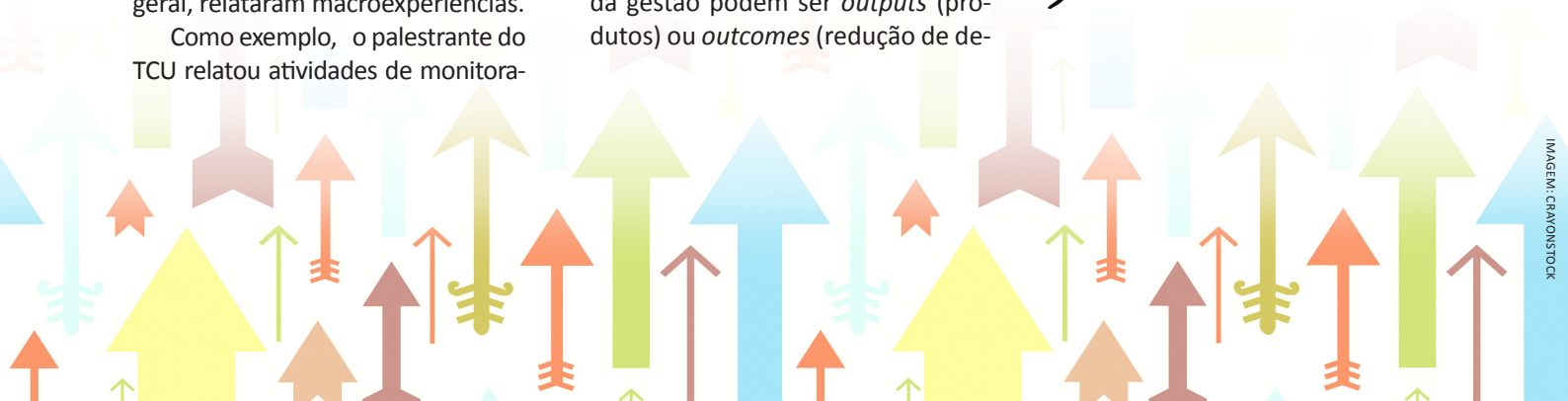
O quarto, dito por um professor do Insper, contempla “as sete evidências com as quais deve se preocupar um gestor público: identificar avanços, identificar tendências, fracassos, determinantes dos progressos e das novas tendências, realizar avaliações ex-ante, e avaliações ex-post, e aprender com os outros; tudo um pouco dificultado por não termos monitoramento e difusão de boas práticas.”

Finalmente, o quinto: “Alguns dizem que governança está dentro da gestão, mas no público deveria ser separado. Governança é rumo: avaliar, dirigir, monitorar. Isto é papel de um líder”, dito pelo presidente do Movimento Brasil Competitivo.

Tratam-se de recortes selecionados a partir de uma visão pessoal, mas que apontam para práticas promovidas na UFCSPA: o esforço por resultados positivos apesar da burocracia; busca pelo atendimento de metas não fáceis, mas factíveis; preocupação com a importância do devolvido à sociedade; o olhar atento para o novo; a revisão e a re-orientação constantes.



Miriam da Costa Oliveira
Reitora da UFCSPA



Humanidades e sociedade livre

Editado pela Ascom - Assessoria de Comunicação Social da UFCSPA
Rua Sarmento, 245 - Porto Alegre/RS
Brasil - CEP 90050-170
Telefone: (51) 3303-8722
comunicacao@ufcspa.edu.br

facebook.com/UFCSPA
twitter.com/UFCSPA_oficial

Reitora
Miriam da Costa Oliveira

Vice-Reitor
Luís Henrique Telles da Rosa

Pró-Reitora de Graduação
Maria Terezinha Antunes

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Rodrigo Della Múa Plentz

Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários
Deisi Cristina Gollo Marques Vidor

Pró-Reitor de Administração
Fábio Lisbôa Gaspar

Pró-Reitora de Planejamento
Liane Nanci Rotta

PANORAMA UFCSPA

Edição e Jornalismo
José Antônio Leal
Márcia Schmitt Veronezi Cappellari

Jornalismo em Cultura e Extensão
Lisiane Wandscheer

Fotos
Luciano Amaro Junqueira Valério

Projeto Gráfico e Diagramação
Eduardo Coimbra Farias

CONSELHO EDITORIAL

Presidente
André Selbach Nasi

Membros Titulares
Ariel Farias - Evelise Fraga -
Henrique Britto - Marcelo Rabello -
Marilu Fiegenbaum - Paulo Zen

Membros Suplentes
Aline Camargo - Adriana Paz -
Cecília Dias Flores - Fernando Gavron -
Maurício Dornelles - Ruth Oliveira -
Vivian Zgiet

Impressão
Triunfal Gráfica & Editora

Tiragem
1.200 exemplares

Capa
Composição com imagens do
CrayonStock e Freepik.com

Em 2004, o relatório Obin, na França, assinalava uma tendência inquietante: se o ensino das ciências (teoria da evolução à parte) não suscitava dificuldades especiais nos liceus de periferia, os professores de Literatura, Filosofia e História eram objeto de contestações por parte de estudantes oriundos da imigração islâmica: recusa de Voltaire pois “contrário à religião”, rechaço a Madame Bovary, de Flaubert, porque romance supostamente crítico à submissão feminina. Desde os anos 2000, publicam-se na imprensa anglo-saxã relatos de que parte dos aderentes ocidentais ao terrorismo jihadista não provem das camadas pobres e semi-escolarizadas; antes, saem das universidades, tendo frequentemente avançado no prestigioso filão STEM (Science, Technology, Engineering, Mathematics).

Que significam estes fatos? Bem entendido, não uma afinidade eletiva entre ciência e integrismo religioso – sem a Física e a Biologia, é incerto se teria o Ocidente logrado sacudir o jugo clerical. O que tais dados sugerem, antes, é a pertinência das humanidades na construção de uma sociedade livre.

Essa sociedade livre sempre esteve-se no binômio de ciências e as letras. As primeiras, de veículo de estudo da natureza, derivaram-se em instrumento de domínio do homem sobre o meio, contribuindo a forjar a civilização de bem-estar material que nos provê aviões, internet e vacinas. Por sua vez, a República das Letras criou as nações, os entes com relação aos quais o homem moderno define seu pertencimento coletivo; foi, por exemplo, sobre as línguas fixadas por Dante e por Camões que se fundaram as nações italiana e portuguesa, o mesmo ocorrendo mais tarde nos países do Leste europeu. Tal evolução não é de pouca monta: até hoje, malgrado as tentativas da União Europeia, são ainda as fronteiras do Estado nacional que sulcam os marcos geográficos máximos da democracia.

FOTO: LUCIANO VALÉRIO



Cremos na ficção política de que todo poder emana do povo; esse povo, definido por uma língua, por uma história em comum, foi por sua vez a ficção de certos historiadores, de certos literatos – daí, a presença destes nas escolas. As disciplinas liberais sustentam as sociedades liberais.

Avesa a preceitos de levitas e a caprichos de Leviatãs, talvez seja a República das Letras o aspecto dessas sociedades liberais mais incômodo a quem as rejeita. A racionalidade técnico-científica ainda pode gerar os produtos de que se serve a jihad (armas e artefatos de informática e comunicação) ou os bens com que governos autoritários entorpecem suas populações no sono do consumo fácil. Em contraste, como os coletivismos arcaístas ou modernizantes acatariam a liberdade que aprendemos ao entrarmos na conversação babélica com nossos grandes predecessores, tão vários em pensamento e em sensibilidade, tão irreduzíveis a sínteses totalizantes?

É difícil não percebermos a relação destas ideias com a educação, sobretudo ao sabermos que, por exemplo, o governo japonês teria recomendado o fechamento de faculdades de humanidades, o que, aliás, já ocorre espontaneamente, via mercado, nos EUA. Mutilado de seu significado político pelo estiolamento do Estado na globalização, o liberalismo limita-se ao economicismo e imprime à educação um utilitarismo cru: o valor de um conhecimento é o valor de seu impacto sobre as estatísticas de desemprego. Demos-lhes trabalho, demos-lhes entretenimento; o que mais eles podem querer? Aos universitários belgas e britânicos que partiram para a Síria, por certo, não faltavam empregos, nem diversão.

Há um mal-estar nas sociedades liberais (e ele não se faz sentir apenas nas suas periferias, como o Brasil). Não deveriam as Humanidades, em acordo com sua vocação histórica, ajudar a infundir-lhes um viço renovado?

Prof. Rodrigo de Lemos

REPORTAGEM DE CAPA

Diga-me o que publicas

Órgãos profissionais pedem cautela

Por Márcia Veronezi

O Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou, no dia 1º de outubro, uma resolução que estabelece os critérios e conceitua divulgação, sensacionalismo e autopromoção em Medicina. O documento complementa e altera outro de semelhante teor publicado em 2011. A novidade desta edição diz respeito ao uso de redes sociais, especialmente, sobre a prática do *selfie* no contexto profissional.

As redes sociais são uma forma de comunicação de massa de livre atuação popularizada desde a década de 2000. No Brasil, essa mídia ingressou com força com o agora extinto Orkut, que permitia aos usuários reencontrar amigos e participar de “comunidades” virtuais sobre temas de interesse comum. O fim do Orkut se deu com a grande migração de usuários para o Facebook, que já fazia sucesso internacionalmente, mas era pouco conhecido no Brasil. A rede permite a cada participante contatar amigos e expor os conteúdos de seus interesses publicamente ou para um

grupo de amigos. Outra rede de grande alcance é o Twitter, que permite a rápida propagação de assuntos e imagens, sempre limitado a um texto de até 140 caracteres. Destacam-se também, o Instagram, cuja finalidade é o compartilhamento de fotos, e o WhatsApp, rede disponibilizada em aparelhos de telefonia celular que permite o contato com indivíduos e grupos de forma instantânea.

No mundo, de acordo com dados deste ano*, cerca de 1,5 bilhão de pessoas possuem perfil no Facebook, 300 milhões têm uma conta no Twitter e número semelhante atua no Instagram. No WhatsApp, são 700 milhões de usuários. Estes dados apontam que esse tipo de comunicação está se tornando cada vez mais comum, abrangendo um grande alcance populacional. O principal diferencial deste tipo de mídia em relação aos meios tradicionais (televisão, rádio, jornal) é que permite que cada usuário atue como emissor da informação, gerando seu próprio conteúdo ou indicando conteúdos de seu interesse para seu próprio público-alvo ou para o público em geral.

O fenômeno decorrente desta grande expansão do poder de comunicação para os usuários comuns gera um certo impasse. Como estabelecer o que é ou não correto para divulgação? Até aonde se pode ir na publicação de assuntos do próprio interesse? Onde fica a ética? O que é realmente crível? O que é ficcional (*fake*, no jargão das redes)?

Recentemente profissionais de saúde foram alvo de polêmica devido a publicações realizadas em redes sociais. Em julho, dois médicos da Venezuela foram afastados de seu hospital de atuação por publicarem em suas páginas pessoais fotos durante o parto de uma paciente. No Brasil, um estudante e uma técnica de enfermagem foram suspensos após filmar o atendimento ao cantor Cristiano Araújo. A passagem dos famosos Angélica e Luciano Huck por um hospital no Mato Grosso do Sul também teve imagens não-autorizadas divulgadas pela equipe de saúde.

A nova resolução do CFM vem coibir estas práticas. Embora antes da explosão da *selfie* já fosse proibi-



que eu te direi quem és

la nas publicações em redes sociais

do tirar fotos de pacientes sem autorização, não havia grande necessidade de reforçar esta orientação, dado que não era comum o profissional levar uma máquina fotográfica para o ambiente de trabalho. Agora, na era dos *smartphones*, que além de telefonar, fotografam, filma e têm acesso à internet, o hábito de se documentar tudo o que se faz – uma tendência da sociedade contemporânea – acaba permitindo a ocorrência destes deslizes, muitas vezes feitos sem má intenção, mas que acabam propiciando quase sempre um resultado desastroso.

Segundo a professora do PPG de Comunicação Social e coordenadora da especialização em Cultura Digital e Redes Sociais da Unisinos, Adriana Amaral, “o uso das redes sociais não está dissociado da nossa vida e ética cotidiana, o que, portanto, exige bom senso. Refletir antes de foto-

grafar e compartilhar dados e informações é central, ainda mais num contexto de material sensível e de fragilidades da saúde como os ambientes hospitalares, consultórios,

entre outros. Pensar em como uma foto ou informação poderá atingir a imagem e a reputação alheia é essencial”, alerta.

A nova resolução definida pelo CFM altera o artigo 13 da Resolução nº 1.974/11, determinando:

“Artigo 13 - As mídias sociais dos médicos e dos estabelecimentos assistenciais em Medicina deverão obedecer à lei, às resoluções normativas e ao Manual da Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos (Codame).

§1º Para efeitos de aplicação desta Resolução, são consideradas mídias sociais: sites, blogs, Facebook, Twitter, Instagram, YouTube, WhatsApp e similares.

§2º É vedada a publicação nas mídias sociais de autorretrato (*selfie*), imagens e/ou áudios que caracterizem sensacionalismo, autopromoção ou concorrência desleal”.

A tendência é que os órgãos representativos das outras áreas da saúde normatizem sobre o mesmo tema.

A professora da UFCSPA Maria Eugênia Bresolin Pinto abordou o tema do uso das redes sociais em uma atividade do Programa de Tutoria voltada aos alunos de Medicina em outubro. O coordenador do curso de Medicina, Newton Aerts, declarou estar de pleno acordo com as normatizações definidas pelo CFM, dado o fato de que a preservação da imagem do paciente é princípio fundamental na profissão.

* Dados: Facebook Inc. / Twitter Inc. / Instagram Inc.

>> Leia na p. 08 uma entrevista sobre o tema com o membro da Comissão de Divulgação do CREMERS, Iseu Milman.

Até aonde se pode ir nas publicações das redes sociais?



PESQUISA

Estudo analisa impactos dos resíduos do fumo

A toxicidade do thirdhand smoke é objeto de pesquisa inédita desenvolvida na UFCSPA

Por José Leal

Os malefícios à saúde causados pelo hábito de fumar já são conhecidos. O que pouco se sabe ainda são os efeitos dos resíduos decorrentes da queima do fumo que permanecem nos locais domésticos. Neste sentido uma pesquisa vem sendo desenvolvida pela aluna de doutorado Luciana Rizzieri, do Programa de Pós-Graduação em Patologia, sob a orientação da professora Denise Dantas, com o objetivo de avaliar a toxicidade dos componentes do *thirdhand smoke*.

Segundo a professora, o *thirdhand smoke* abrange todos os produtos residuais da queima do tabaco que permanecem nas superfícies dos ambientes, como, por exemplo, móveis de casas ou bancos de veículos de pessoas fumantes. “Os estudos sobre tais componentes ainda são escassos, mas já se sabe que os resíduos contêm altas concentrações de nicotina e nitrosaminas, substâncias extremamente cancerígenas”, aponta a docente.

O novo campo de estudos amplia a análise sobre as substâncias liberadas durante a queima do tabaco. Denise lembra que já

há um amplo leque de pesquisas sobre a “corrente primária” do fumo, compreendendo a fumaça tragada pelo indivíduo, e a “corrente secundária”, a qual abrange a fumaça expirada pelo fumante e a exalada pelo cigarro durante a queima. Ambas as correntes, em conjunto com o *thirdhand smoke*, compõem a chamada “poluição tabágica ambiental”, que afeta também os fumantes passivos.

A pesquisa desenvolvida na UFCSPA ocorre em duas etapas. Na primeira fase, sete casas de pessoas fumantes foram avaliadas durante uma semana. “Para captar as substâncias depositadas nos locais, os pesquisadores utilizaram papéis cromatográficos e algodões especiais em superfícies desses ambientes”, explica Denise. De acordo com a professora, a concentração das substâncias

nesses locais depende de vários fatores, como a quantidade de cigarros consumidos pelo morador, o tempo de exposição à fumaça, entre outros aspectos.

A segunda etapa da pesquisa acontece em laboratório. Nesta fase, é feita a toxicologia analítica visando detectar a presença e a concentração de nicotina e nitrosaminas das amostras coletadas. Posteriormente, é avaliada a citotoxicidade in vitro, ou seja, as alterações provocadas pelas substâncias sobre o crescimento de células em meio de cultura. “Já sabemos que tais substâncias provocam alterações mitocondriais nas células”, detalha Denise. Os resultados compilados do estudo serão divulgados em 2016.



EXTENSÃO

Projeto de extensão promove acessibilidade ao conhecimento

Proposta de criação de protótipos para impressão em 3D conquista primeiro lugar nacional no PROEXT

FOTOS: LUCIANO VALÉRIO



À esquerda: Integrantes do projeto comemoram resultado do PROEXT MEC / À direita: Organelas celulares serão impressas em 3D a exemplo dos protótipos da foto

Por Lisiane Wandscheer

A evolução tecnológica tem gerado uma rápida mudança na sociedade, entretanto ainda há muito a se evoluir no que diz respeito à acessibilidade e à universalização do conhecimento para pessoas com algum tipo de deficiência. O projeto de extensão “Criação de ferramentas pedagógicas que promovem a acessibilidade em biologia celular e tecidual recorrendo a softwares de modelagem e impressão 3D” apresenta uma proposta inovadora nesta questão. Coordenado pela professora de Biologia Celular Gisele Introini, recentemente conquistou a maior pontuação nacional no edital PROEXT 2016, do Ministério da Educação. Outros cinco projetos da UFCSPA também foram contemplados pelo edital.

O projeto prevê a criação de desenhos que serão impressos em 3D (protótipos de organelas celulares) com foco no ensino de pessoas com deficiência visual, mas que também facilitará a compreensão dos demais alunos. Esses modelos gerados de *softwares* serão colocados em um repositório

digital para uso da universidade e de qualquer pessoa ou instituição. “Não queremos ser detentores do protótipo. A universidade vai gerar conhecimento para quem estiver no Cariri (CE), no Jequié (BA) ou em Canoas poder imprimir, em uma impressora 3D, um modelo de mitocôndria ou ribossomo para usar em sala de aula”, exemplifica Gisele. “Isto é a pura acessibilidade. É a gente permitir o acesso a uma informação que uma limitação orgânica impede”, acrescenta.

A primeira fase do projeto será a realização de um curso de extensão aberto a alunos, professores, técnico-administrativos e público externo com o intuito de criar capacitadores e multiplicadores para criação de protótipos 3D. Apesar do projeto ter foco em biologia celular e tecidual, com a capacitação os protótipos poderão ser criados para diferentes áreas de ensino. O Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e a empresa Cliever Tecnologia são parceiras do trabalho.

Marilda Fernandes, professora de Citologia e Histologia (UFCSPA) explica: “Em nossas aulas enxergamos o plano

bidimensional e não tridimensional. Ao proporcionarmos a visualização tridimensional permitiremos que o aluno consiga dar um passo adiante no entendimento do conhecimento”, destaca.

Após a criação dos desenhos e impressão dos protótipos em termoplástico (material biodegradável), pessoas com deficiência irão testá-lo. A fisioterapeuta Bianka Rauber, ex-aluna da UFCSPA, será uma das pessoas que contribuirá com esta fase, no controle de qualidade. Além dela, o projeto também terá apoio do Instituto Santa Luzia em Porto Alegre que verificará se as figuras têm as nuances topográficas adequadas para as percepções táteis e informacionais.

Participam também da equipe do projeto os seguintes professores, técnicos-administrativos e alunos: Alessandra Peres (UFCSPA), André Peres (IFRS), Cláudia Bica (UFCSPA), Cyntia Fin (UFCSPA), Giovana Tavares (UFCSPA), Lauren Carús (UFRGS), Luiza Gea (UFCSPA), Mônica de Lima (UFCSPA), Naiane Bassani (UFCSPA) e Rosalva Meurer (UFCSPA).

ENTREVISTA

Novas regras para uma nova realidade

A integração entre a prática profissional e as redes sociais entra no foco dos conselhos de Medicina

Por José Leal

A mudança das determinações legais relativas à propaganda médica pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) é uma resposta da entidade aos avanços das mídias eletrônicas nos últimos anos. Para trazer maiores esclarecimentos sobre a questão, o **Panorama UFCSPA** entrevistou Iseu Milman, membro da Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (Cremers). Confira abaixo:

Panorama UFCSPA - O que motivou o Conselho Federal de Medicina a tornar mais rígidas as regras para a propaganda e o comportamento de médicos em redes sociais?

Iseu Milman - Passados quatro anos da aplicação dos preceitos da Resolução CFM nº 1.974/11, que estabelece os critérios norteadores da propaganda em Medicina, se fez necessário ajustar o seu texto para que repercutisse de forma adequada o Código de Ética Médica e a Lei do Ato Médico. As alterações relativas ao uso das mídias sociais foram necessárias para se adequar aos avanços tecnológicos desses novos meios que, em menos de quatro anos, sofreram uma mudança avassaladora.



Iseu Milman

FOTO: CREMERS

P.U. - O que diferencia as mídias sociais dos outros meios de divulgação?

Milman - Por permitirem postagens imediatas, feitas, muitas vezes, por impulso, as redes sociais têm gerado, nos últimos anos, uma avalanche de demandas nos Conselhos Regionais de Medicina. Estes, por sua vez, estavam impossibilitados de conceder respostas em função da falta de normativas estabelecendo o que é permitido e o que é vedado ao médico nessas plataformas.

P.U. - Quais outras alterações a resolução promove?

Milman - Além das alterações em relação à divulgação médica, foram retirados do rol de documentos que necessitam da identificação do Diretor Técnico aqueles que não tenham um fim específico para o ato médico. Reitera-se aqui a importância do trabalho da Codame Nacional (Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos) que, ao analisar centenas de documentos, terminou por contribuir para a formulação dessas modificações.

P.U. - Os atuais estudantes de Medicina fazem parte de uma geração imersa nas redes sociais. Há uma preocupação do Conselho em orientar os futuros profissionais?

Milman - As próprias resoluções em pauta já oferecem orientações para os jovens médicos nesse aspecto. Mesmo assim, incentivamos os futuros colegas a acompanhar as atualizações oferecidas nos sites do CFM e do Cremers, além de colocar nossa Ouvidoria sempre à disposição de todos os médicos para resolver qualquer dúvida.